



REVISTA
Casa da

ISSN 1516-7712

GEOGRAFIA
de Sobral

PERÍMETRO IRRIGADO CURU-PARAIPABA (CE): HISTÓRICO PRODUTIVO E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Irrigated Perimeter Curu-Paraipaba: productive trajectory and territorial dynamics

Perímetro de riego Curu-Paraipaba: histórico productivo y dinámicas territoriales

Leandro Vieira Cavalcante*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é apresentar elementos que nos permitam vislumbrar o histórico produtivo do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, indicando as características de seus principais cultivos e destacando as dinâmicas territoriais aí observadas em virtude da dinamização dessas produções. Para tanto, nossa metodologia consistiu na realização de três atividades principais: levantamento bibliográfico acerca da história de uso e ocupação do perímetro; levantamento e análise de dados relacionados aos cultivos agrícolas aí produzidos; realização de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com agentes diretamente relacionados ao contexto produtivo do perímetro.

Palavras-chave: Perímetro irrigado. Curu-Paraipaba. Produção agrícola.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present elements that allow us to glimpse the productive history of the irrigated perimeter Curu-Paraipaba, indicating the characteristics of their main crops and highlighting territorial dynamics observed there because of the behavior of these productions. Therefore, our methodology consisted of making three main activities: literature review about the history of use and occupation of the perimeter; data gathering and analysis related to agricultural crops; conducting fieldwork and interviews with agents directly related to agricultural production of perimeter.

Keywords: Irrigated perimeter. Curu-Paraipaba. Agricultural production.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar los elementos que nos permiten vislumbrar la historia productiva del perímetro de riego Curu-Paraipaba, indicando las características de sus principales cultivos y destacando las dinámicas territoriales observadas allí debido el comportamiento de estas producciones.

* Geógrafo. Mestre em Geografia pela Université Paris1 Panthéon-Sorbonne e pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU/CNPq). E-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com

Por lo tanto, nuestra metodología consistió en tres actividades principales: el levantamiento de la literatura sobre la historia del uso y ocupación del perímetro; levantamiento de datos y análisis relacionados con los cultivos agrícolas allí producidos; la realización de trabajo de campo y entrevistas semiestructuradas con agentes directamente relacionados con lo contexto productivo del perímetro.

Palabras-clave: Perímetro de riego. Curu-Paraipaba. Producción agrícola.

INTRODUÇÃO

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, o Estado assumiu as rédeas do desenvolvimento desigual e combinado do país (BURZSTYN, 1984), e uma das políticas de planejamento regional iniciadas nesse período, e que ainda hoje tem continuidade, foi a Política Nacional de Irrigação, cujo objetivo principal era especialmente a construção de perímetros irrigados públicos federais. Foi sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980 que o governo brasileiro investiu na construção de projetos de irrigação pública, especialmente após uma forte pressão exercida pelo Banco Mundial, visando tornar a agricultura do país, notadamente a nordestina, mais competitiva e menos dependente das vicissitudes climáticas, conforme assegura Martins (2008), e visando promover o desenvolvimento de uma agricultura irrigada e com alta produtividade e rentabilidade, como indica Coelho Neto (2010).

Como responsável pelo planejamento, implementação e posterior gestão desses perímetros irrigados foram designados dois órgãos estatais vinculados ao atual Ministério da Integração Nacional: o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Até o ano de 2014, foram construídos um total de 37 perímetros irrigados pelo DNOCS – 14 deles somente no Ceará –, e 34 pela Codevasf – a maioria localizados no sub-médio São Francisco. Broggio (1999) destaca que com a construção desses perímetros irrigados e seu consequente aumento da superfície irrigada observou-se pelo Nordeste uma significativa modificação na sua estrutura produtiva e nos sistemas técnicos, que passaram a ser utilizados, uma vez que se mudou tanto a estrutura quanto o conteúdo daqueles espaços.

Todos esses perímetros irrigados possuem dinâmicas territoriais e produtivas bastante particulares. Entretanto, o que há de comum em todos eles é a grande produção, sobretudo de frutas, a exemplo de banana, melão, mamão, manga e uva, muitas delas voltadas para a exportação e/ou atender diretamente as necessidades das agroindústrias, segundo indicam autores como Cavalcanti (1997), Cavalcanti *et al.* (2006), Elias (2002ab, 2005, 2006), Ramos (2006) e Bezerra (2012), dentre outros. A introdução de novos cultivos nesses perímetros depende, na maioria das vezes, das motivações dos próprios produtores, que possuem à sua disposição uma importante rede hídrica já instalada e lotes com grande potencial agrícola. Há uma rotatividade de produções bastante intensa, sendo comum a substituição de antigos cultivos por outros que apresentem uma maior rentabilidade.

Um dos novos cultivos que vêm sendo introduzidos nesses perímetros, especialmente a partir dos anos 1990, é o de coco, sendo produzido tanto por pequenos quanto por grandes produtores nos mais diversos perímetros irrigados nordestinos, alterando consideravelmente o perfil produtivo previamente estabelecido nesses espaços. Essa difusão do cultivo de coco nos perímetros irrigados vem contribuindo sobremaneira para modificar também o arranjo espacial da produção do fruto no país, que passou a ser realizada no interior nordestino, sobretudo nos perímetros instalados no leito de grandes rios da região, conforme analisamos em Cavalcante (2012, 2014, 2015). Destaca-se que tal introdução do cultivo do fruto nesses perímetros é um dos rebatimentos advindos com a reestruturação produtiva do setor do coco no país, em curso há aproximadamente 20 anos.

É em todo esse contexto que podemos inserir o perímetro irrigado Curu-Paraipaba, localizado no Ceará. Desde sua implantação até os dias atuais, esse perímetro já apresentou distintos momentos produtivos, caracterizados por uma expressiva especialização no cultivo de cana-de-açúcar em um primeiro momento e, posteriormente, no de coco, em virtude da dinamização observada nacionalmente na produção desse fruto. Para tanto, nosso objetivo principal com este artigo é apresentar alguns elementos que nos permitam vislumbrar o histórico produtivo do Curu-Paraipaba, indicando, sobretudo, como se deu a reconversão produtiva da cana para o coco, e a conseqüente especialização do perímetro, além de destacar as principais dinâmicas territoriais aí observadas no decorrer de tais processos. Nesse sentido, a metodologia utilizada para dar conta de tais objetivos esteve centrada na realização de três atividades principais.

A primeira delas foi um levantamento bibliográfico acerca da história do uso e ocupação do Curu-Paraipaba, destacando-se as obras de Fernandes (1990), que analisa a organização do espaço agrário no perímetro; de Martins (2008), que apresenta uma detalhada análise da introdução do cultivo de cana-de-açúcar; de Vasconcelos (2011) e Mendes (2011), que indicam inúmeros aspectos sobre a organização do perímetro nesses últimos anos; e de Alves (2013), que aborda o atual contexto produtivo do perímetro e esboça um perfil dos produtores de coco ali encontrados. A segunda atividade foi um levantamento e análise de indicadores quantitativos acerca do histórico dos produtos cultivados no perímetro, através de consulta aos dados fornecidos pelo Serviço de Monitoramento da Produção dos Perímetros Irrigados (SMPPI), divulgado pelo DNOCS.

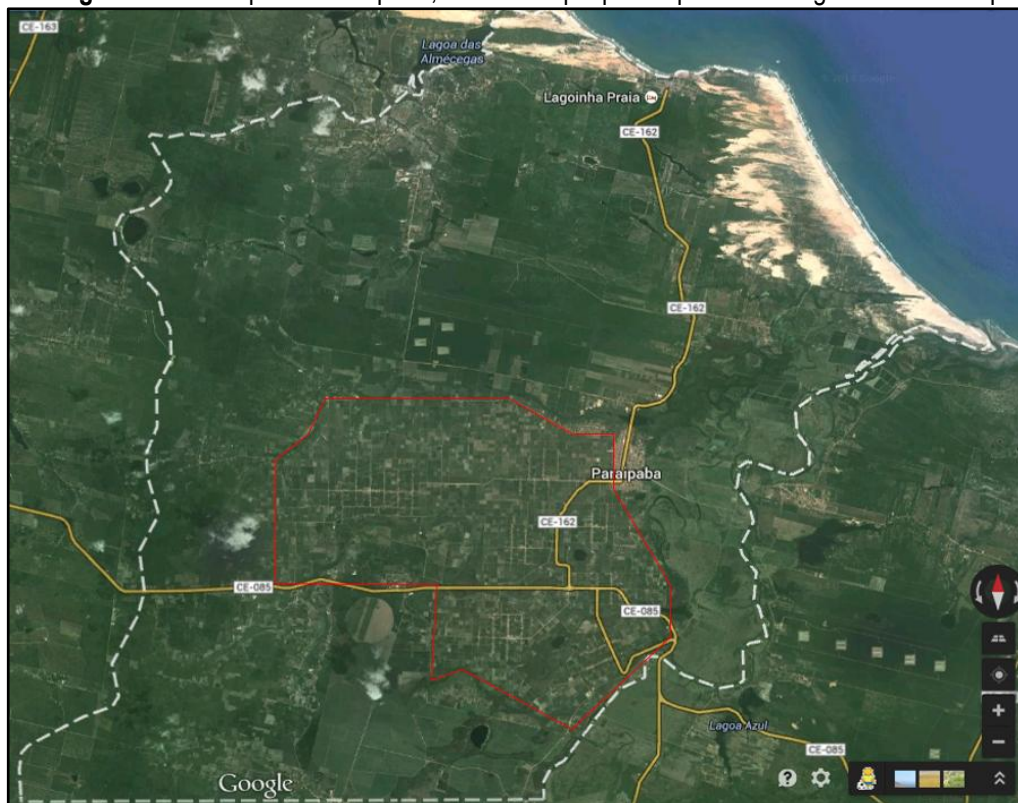
Já a terceira atividade foi a realização de trabalhos de campo no Curu-Paraipaba, e de entrevistas semiestruturadas com os agentes diretamente vinculados às dinâmicas produtivas e gerenciais do perímetro. Durante o trabalho de campo, que se concentrou durante todo o mês de março de 2014, realizamos um total de 60 entrevistas semiestruturadas. Dentre essas, destacamos as realizadas com os secretários municipais de agricultura e de desenvolvimento econômico de Paraipaba, os representantes de duas agroindústrias, os

gestores do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, os atravessadores (compradores de coco), os comerciantes de insumos etc. Além desses, entrevistamos um total de 34 produtores de coco. Destacamos que os resultados aqui apresentados advêm da consecução de nossa pesquisa de mestrado¹.

O PERÍMETRO IRRIGADO CURU-PARAIPABA

O perímetro irrigado Curu-Paraipaba foi um dos perímetros irrigados construídos pelo Estado no Nordeste, via DNOCS. Desde a sua inauguração, em 1975, o Curu-Paraipaba passa por períodos distintos, caracterizados sempre por uma maior ou menor intervenção do DNOCS, e pela especialização dos cultivos aí realizados, responsáveis por levar ao desenrolar de importantes dinâmicas territoriais que agem dinamizando e caracterizando o espaço ocupado pelo perímetro. O Curu-Paraipaba se localiza na porção centro-sul do município de Paraipaba, litoral oeste cearense, e à esquerda do Rio Curu, estando localizado, ainda, nas proximidades da cidade de Paraipaba, como se pode observar na figura 01.

Figura 01. Município de Paraipaba, com destaque para o perímetro irrigado Curu-Paraipaba.



Fonte: Google Maps, 2014. Adaptação: Cavalcante, 2014.

¹Realizada sob orientação da professora Denise Elias e com bolsa do CNPq, tendo como objetivo principal analisar a configuração da nova geografia da produção de coco no Ceará.

De acordo com as fontes consultadas, a ideia inicial da construção do perímetro data de 1969, quando foi finalizado o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Curu, atestando seu potencial agrícola e condições ideais para a implementação de um perímetro irrigado, levantamento esse realizado a pedido do Banco Mundial e dos governos militares, conforme constatou Martins (2008). Entretanto, a construção do perímetro foi somente iniciada em 1974, quando começaram as desapropriações de antigos moradores que habitavam as proximidades do rio Curu e os posteriores desmatamento, terraplanagem, divisão dos lotes, construção de canais e adutoras.

Terminadas essas atividades, foram construídas as primeiras 15 casas para abrigar os colonos (como eram chamados os assentados em perímetros do DNOCS) que iniciariam a ocupação do perímetro em uma área experimental. Foram construídos ainda o prédio que abrigaria os serviços de administração, atualmente conhecido como Centro Gerencial do DNOCS, e os serviços de uso comum, como estradas, escolas e postos de saúde. O perímetro irrigado Curu-Paraipaba foi oficialmente inaugurado e entregue em 1975.

Das 15 primeiras famílias escolhidas para iniciar o projeto de irrigação, somente 13 continuaram no perímetro. Os colonos pioneiros que entrevistamos nos contaram que o início foi muito difícil e extremamente penoso, pois no perímetro eles tiveram que se adaptar a um novo modelo de produção, representado pela agricultura irrigada, além de conviver diariamente com as inúmeras imposições dos técnicos do DNOCS, que regulavam quaisquer que fossem as atividades dos colonos, desde o modo como cuidavam da casa até o que deveria ser cultivado. Onde, o quê e como produzir e colher, e para quem comercializar era decido pelo DNOCS e não de livre escolha dos produtores. Isso expressa claramente a política paternalista e autoritária do órgão federal e dos governos militares da época, conforme indica Diniz (1999, 2002).

O diferencial do Curu-Paraipaba era que seu foco estava centrado no assentamento de agricultores familiares. Esses agricultores se caracterizavam pelas situações de penúria nas quais se encontravam e por não terem terra para plantar antes de chegarem ao perímetro, onde a grande maioria deles trabalhava anteriormente em terras arrendadas. Os agricultores escolhidos pelo DNOCS para ocupar o perímetro, posteriormente chamados de colonos, apresentavam basicamente as mesmas características: já possuíam larga experiência na agricultura e tinham uma numerosa família formada por inúmeros filhos, o que era muito bem visto pelo órgão, pois representava um importante estoque de mão de obra disponível para trabalhar nos lotes agrícolas (FERNANDES, 1990; MARTINS, 2008).

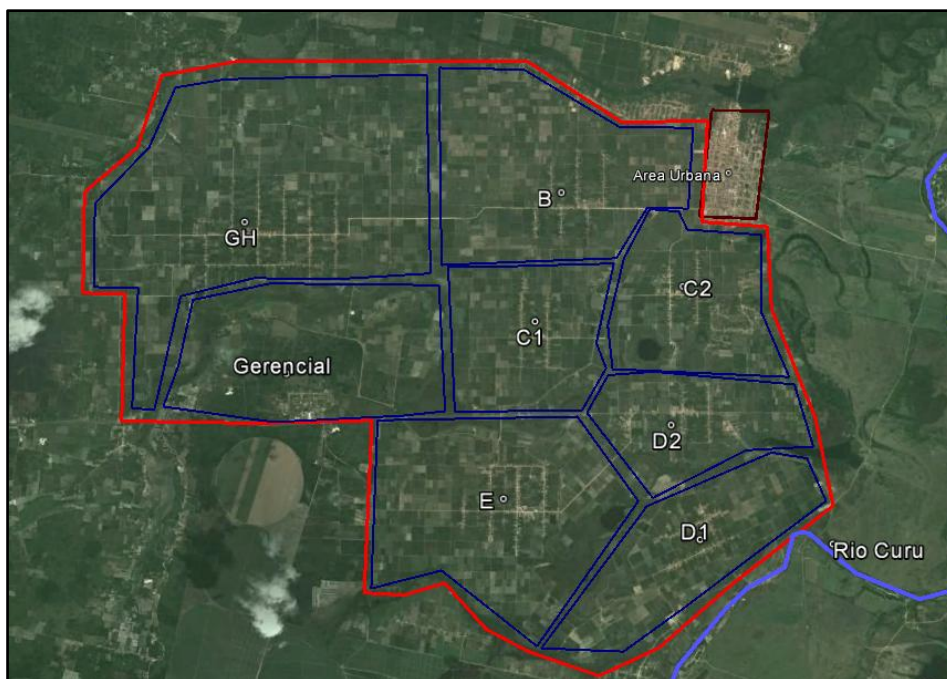
Passado o período de adaptação dos primeiros 13 colonos, em 1977, começou a chegada das outras famílias que ocuparam integralmente os lotes agrícolas do perímetro irrigado até então disponíveis. Assim como os anteriores, o processo de adaptação à nova realidade agrícola e socioespacial desses colonos também foi bastante difícil, marcada, sobretudo, pela forma autoritária como agia o DNOCS. Aos poucos, os

colonos foram criando sociabilidades entre eles e se territorializando no novo espaço projetado, conforme relatou Diniz (2002) ao analisar as relações sociais existentes nos perímetros irrigados públicos federais. Atualmente, encontramos famílias de colonos que já estão na terceira ou quarta gerações e continuam morando no perímetro irrigado, trabalhando ou não com agricultura.

De apenas um espaço marcado pela produção agrícola, esse perímetro se tornou, ao longo de 40 anos de existência, um espaço também fortemente marcado pela função de moradia dos colonos e seus filhos e netos. De acordo com informações levantadas com os funcionários da gerência do DNOCS, existem atualmente cerca de 10 mil pessoas vivendo nesse espaço reconfigurado, distribuídas em torno de 2.500 famílias, originalmente descendentes dos primeiros colonos e/ou que chegaram ao perímetro somente em períodos mais recentes.

Ocupando uma área total irrigável de 3.357 hectares, o Curu-Paraipaba tem um arranjo espacial que lhe é bastante particular, estando dividido em duas etapas: a primeira, entregue no decorrer dos anos 1970 e 1980 e subdividida em seis comunidades (B, C1, C2, D1, D2 e E), e a segunda, entregue entre as décadas 1980 e 1990 e subdividida em uma comunidade chamada de GH. Existe ainda uma área à parte, o Centro Gerencial do DNOCS, onde estão localizadas a sede do órgão, a associação que gere o perímetro, uma agroindústria e a área de preservação ambiental. Na figura 02, vemos como está organizado o arranjo espacial desse perímetro.

Figura 02. Arranjo espacial do perímetro irrigado Curu-Paraipaba.



Fonte: Google Earth, 2012. Adaptação: Cavalcante, 2014.

O polígono vermelho representa a área total do perímetro. Já os polígonos azuis representam cada um dos setores que compõem o perímetro, enquanto que o polígono marrom representa a área urbana da cidade de Paraipaba e a linha azul claro indica por onde passa o rio Curu.

No Curu-Paraipaba, chama atenção ainda a sua separação entre as áreas de produção e as áreas de moradia, onde todos os setores são compostos pelos lotes agrícolas e pelos quintais residenciais, como também pelas áreas mortas, que são aquelas que não foram inicialmente divididas entre os colonos. Os lotes têm um tamanho médio de 3,6 hectares. Já os quintais apresentam uma área média de 0,4 hectares, sendo compostos pelas casas onde vivem os produtores e sua família, além dos armazéns, viveiros de animais, hortas e pomares. Na figura 03, podemos observar melhor essa divisão entre lotes agrícolas e quintais produtivos que compõem esse espaço, onde é possível perceber a grande concentração de lotes ocupados com coqueiros. De acordo com a associação que gere o Curu-Paraipaba, existem, atualmente, 807 lotes agrícolas no perímetro, nem todos ocupados.

Figura 03. Divisão dos lotes agrícolas e quintais no Curu-Paraipaba.



Fonte: Google Earth, 2012. Adaptação: Cavalcante, 2014.

Ainda segundo a associação que gere o Curu-Paraipaba, existem aí aproximadamente 3 mil casas localizadas nos quintais, áreas mortas e até mesmo nos lotes agrícolas. Em cada uma das sete comunidades existentes no perímetro, originadas a partir da junção de algumas “ruas” formadas pelos quintais residenciais, é comum encontrarmos sempre um posto de atendimento médico, uma escola municipal de ensino fundamental, uma igreja católica, até dois templos evangélicos, alguns bares e pequenos pontos comerciais, um campo de futebol e uma pracinha. Composto ainda o conjunto de fixos presentes em todo o perímetro citamos a empresa agroindustrial do ramo do coco Paragro, a unidade experimental da Embrapa

Agroindústria Tropical, a gerência local do DNOCS, a sede da associação, a sede da antiga cooperativa, as estações de bombeamento de água, os canais de irrigação, as estradas e as rodovias.

DE UMA MONOCULTURA A OUTRA

Ao longo de seus 40 anos de existência, o perímetro irrigado Curu-Paraipaba apresentou alguns momentos distintos que marcam seu histórico produtivo, por vezes bastante diversificado; já em outros momentos altamente especializado. Uma série de fatores, tanto internos quanto externos ao perímetro, agem, determinando o que será ou não produzido pelos colonos. Dentre esses fatores, podemos destacar a atuação do DNOCS, a rentabilidade do cultivo, o comportamento do mercado, a adaptação às potencialidades naturais do lote, a sobrevivência e manutenção da família e o momento econômico do país, que são responsáveis por levar ao desenrolar de importantes dinâmicas territoriais que agem dinamizando o espaço ocupado pelo Curu-Paraipaba.

Logo na inauguração do perímetro, como vimos, 13 famílias o ocuparam e deram início à exploração dos primeiros lotes, cabendo a elas escolher os produtos a serem cultivados, preparar a terra e iniciar os plantios. Os colonos mais antigos nos contaram que, apesar do começo ter sido muito difícil, devido à adaptação pela qual tiveram de passar, nunca na história do perímetro houve uma fatura tão grande de alimentos como a observada no início da exploração dos lotes, onde a produtividade chegava a impressionar aqueles habituados a cultivar pequenas roças e, exclusivamente, no período das chuvas.

Devido a um solo muito fértil e à grande disponibilidade de água garantida por meio dos canais de irrigação, os colonos nos contaram, ainda, que tudo que se plantava no perímetro nascia e que, no começo, existia uma produção altamente diversificada. Dentre os produtos primeiramente cultivados, destacam-se feijão, milho, mandioca, tomate, pimentão, cenoura, cebola, laranja, abacate e maracujá, produção essa realizada tanto nos lotes quanto nos quintais; além de uma pequena criação de bois e galinhas. Nesse período inicial, os colonos e o DNOCS iam testando as potencialidades naturais do perímetro para ver qual cultivo mais se adaptaria. Há de se destacar que toda a produção era, obrigatoriamente, comercializada pela cooperativa existente no perímetro, sob mediação do DNOCS.

A primeira grande mudança observada na estrutura produtiva do perímetro se deu por pressão da Agrovale, uma grande agroindústria localizada na região do Vale do Curu, e importante produtora de derivados de cana-de-açúcar, contando com o aval e a intermediação do Estado via DNOCS, que, juntos, conseguiram mudar a vocação econômica do Curu-Paraipaba, que passou da policultura, baseada na hortifruticultura, para a monocultura da cana. Dessa forma, a fase de produção diversificada evidenciada no

início perdurou apenas por uns dois/três anos. Em 1977, começaram a chegar os novos colonos e todos eles já recebiam os lotes prontos para o plantio de cana, conforme eles mesmos nos relataram.

A Agrovale foi fundada em 1964, e iniciou suas atividades produzindo açúcar. Porém, Martins (2008) indica que, com a inauguração oficial do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, em 1975, os rumos dessa empresa mudaram completamente e sua história passou a ser associada à própria história do perímetro, marcando o início de uma atuação cerrada e controladora por parte do DNOCS. O país estava em plena Ditadura Militar e assistia ao início do Proálcool, um importante programa que impulsionou a produção de álcool a base de cana-de-açúcar. Nesse período, a Agrovale recebeu um grande financiamento por parte do Governo e firmou uma parceria com o DNOCS que marcaria por completo os rumos do Curu-Paraipaba.

De acordo com Martins (2008), o contrato firmado entre a Agrovale e o DNOCS indicava que todos os 522 colonos lá existentes passariam, a partir daquele momento, a ser fornecedores exclusivos de cana para empresa, e caso desobedecessem essa norma perderiam o direito de posse dos lotes e seriam expulsos do perímetro. A partir daí, esse espaço foi rapidamente transformado em um imenso e contínuo canavial. Em pouco tempo, todos os colonos começaram a plantar cana, visando atender à grande demanda de matéria-prima por parte da Agrovale, que teve sua produção largamente incrementada devido ao Proálcool e que encontrou no perímetro a melhor maneira de se consolidar no mercado, já que ela tinha à sua disposição cerca de dois mil hectares irrigados geridos pelo DNOCS.

A atuação desse órgão se dava por meio da cooperativa existente na época. Essa cooperativa, a CIVAC, era a responsável pela gestão do negócio com a Agrovale, controlando tanto a produção quanto a comercialização da cana. Ao longo do ano, a cooperativa fornecia insumos aos colonos, que, posteriormente, seriam pagos com a renda advinda com a venda da cana. Além disso, assim que a cana era colhida, a produção dos colonos deveria ser repassada à cooperativa, que se encarregaria de revendê-la à Agrovale. No final das contas, o saldo que chegava às mãos dos colonos mal dava para pagar as dívidas que iam sendo contraídas ao longo do ano, além de uma série de impostos que lhes eram cobrados.

Essa hegemonia da cana-de-açúcar perdurou somente até o início da década de 1990, quando se inicia a reconversão produtiva quase que completa para o coco. Dentre os motivos que impulsionaram essa mudança estão o enfraquecimento do poder do DNOCS, com o fim da Ditadura Militar e a entrada do Brasil em um período marcado pelo neoliberalismo e pela redução da interferência direta do Estado, o fim do Proálcool, o desmantelamento da cooperativa, a progressiva falência da Agrovale, que encerrou sua atividade definitivamente em 1996, e, sobretudo, o total descontentamento dos colonos devido ao controle da produção e a não rentabilidade da cana, que os forçou a investir em outros cultivos mais rentáveis.

Com a falência da Agrovale, os colonos ainda continuaram produzindo cana para a Ypióca, outra empresa localizada nas proximidades do perímetro, mas, com o tempo, todos foram optando pelo coco. Segundo um dos colonos entrevistados, “pouco a pouco, o canavial foi dando lugar ao coqueiral, onde cada vez tinha menos cana e mais coco”. Dessa forma, aos poucos se dava uma segunda reconversão produtiva no Curu-Paraipaba, e, dessa vez, passando de uma monocultura para outra. Se antes era a cana quem ditava todas as relações que aí se davam, impulsionando o desenrolar das dinâmicas socioespaciais, depois foi o coco quem passou a assumir o lugar central na dinamização daquele espaço. Para Vasconcelos (2011, p. 182), no perímetro, “o tempo do coco é o tempo do hoje”.

Essa mudança da cana para o coco é sempre referida pelos colonos como sendo “a salvação do perímetro, a salvação da própria Paraipaba”. Os colonos entrevistados asseguraram que, com o coco, há um rendimento muito maior do que o obtido com a cana, uma vez que, agora, eles realizam a colheita dos frutos mensalmente, tendo sempre algum dinheiro para se manterem durante o mês. Com o coco também sobra mais espaço no lote para realizarem o cultivo consorciado com alguns outros produtos nas entrelinhas dos coqueiros. Esses colonos informaram, ainda, que, com o coco, a vida de suas famílias melhorou consideravelmente se compararmos à realidade observada na época da cana. De acordo com os funcionários do DNOCS e da associação que gere o perímetro, até o início de 2014, todos os colonos produziam coco no Curu-Paraipaba, sem nenhuma exceção.

Fotos 01 e 02 – Cultivo de coqueiro anão e produção de coco verde no Curu-Paraipaba.



Fonte: Cavalcante, 2014.



Fonte: Cavalcante, 2014.

Entretanto, apesar da hegemonia absoluta do cultivo de coco no perímetro, esse produto não é o único aí cultivado. Diversas foram as ocasiões nas quais encontramos colonos cultivando outros produtos além do coco, uma vez que a prática do consorciamento é muito comum de ser realizada nas entrelinhas que separam os coqueiros. No perímetro, os colonos cultivam especialmente feijão e mandioca, que visa o

consumo das famílias e a venda do excedente, além disso, cultivar esses dois produtos entre os coqueiros ajuda na fixação de nutrientes no solo, reduzindo os gastos com fertilizantes. Há ainda produtores que fazem o consorciamento com milho, capim, mamão, graviola e também cana-de-açúcar.

Ao analisarmos a tabela 01, sobre a composição produtiva do Curu-Paraipaba, a partir dos dados da SMPPI/DNOCS, percebemos a hegemonia desempenhada pelo coco, que ocupa em torno de 81% da área total cultivada no perímetro, como também uma certa expressividade da cana, do feijão e da mandioca, somando 12% da área cultivada, enquanto que os outros cultivos chegam aos 7%. Observamos ainda que, nesses 12 anos, a organização produtiva do perímetro é praticamente a mesma, uma vez que não notamos grandes alterações, demonstrando uma certa estabilidade no seu perfil produtivo mais recente. Podemos afirmar, dessa forma, que o Curu-Paraipaba é um espaço de produção diversificada, porém especializado majoritariamente no cultivo de coco verde.

Tabela 01. Composição produtiva do perímetro irrigado Curu-Paraipaba. Área plantada (em hectares) e quantidade produzida. 2000 – 2012.

	2000		2012	
	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
Acerola	28,23	497.210	31,65	485.340
Caju	29,96	20.320	29,91	8.300
Cana-de-açúcar	244,70	7.754.000	186,70	6.193.400
Capim	45,83	305.460	41,06	1.626.000
Coco	2.299,84	28.255.220	2.533,34	31.820.570
Feijão	124,50	76.670	83,70	36.650
Graviola	41,34	205.570	40,20	308.640
Mandioca	58,56	290.790	96,45	385.350
Mamão	20,92	592.990	24,62	827.360
Milho	49,50	38.000	47,00	26.800
Outros*	70,95	-	40,74	-
TOTAL	3.014,33	-	3.155,37	-

Fonte: DNOCS/SMPPI. Elaboração: Cavalcante, 2014.

Obs: Todos os valores de quantidade produzida são dados em quilos, exceto o coco, que é mensurado em unidades. Os outros cultivos se referem ao abacate, à abóbora, banana, batata-doce, laranja, limão, goiaba, manga, maxixe, melancia, pimenta e sapoti, cultivados em menores quantidades.

Nesse sentido, de posse das informações apresentadas, vemos claramente a existência de três momentos produtivos distintos no perímetro, um primeiro momento, que foi de 1975 a 1977 com uma produção diversificada; um segundo momento, de 1977 a 1990, com a hegemonia da cana; e um terceiro e atual momento, com a hegemonia do coco. Ressaltamos, entretanto, que essas datas não são temporalmente rígidas, sendo importantes apenas para marcar as grandes modificações que se deram na estrutura produtiva do perímetro. Além disso, em todos os momentos marcados por monoculturas percebemos o cultivo de outros produtos. O importante é notar que o Curu-Paraipaba deixou de ser um espaço especializado no cultivo de cana-de-açúcar e reorganizou toda sua estrutura produtiva voltada para o cultivo de coco, que é a produção que influencia o desenrolar das atuais dinâmicas territoriais lá observadas.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE COCO

O perímetro irrigado Curu-Paraipaba não se transformou em um espaço especializado no cultivo de coco da noite para o dia, como vimos. Foram vários os fatores que contribuíram para, pouco a pouco, transformar o perímetro em um contínuo coqueiral, levando todos os colonos a investirem no cultivo do fruto. Durante as entrevistas, sempre que perguntávamos “por que o coco?”, os produtores prontamente respondiam que não poderia haver produto mais rentável do que esse, para o qual, apesar de algumas dificuldades encontradas no momento da comercialização dos frutos, por exemplo, sempre há um mercado cativo.

De acordo com os colonos entrevistados, o coco começou a ser cultivado no perímetro já por volta de 1982, mesmo no auge da produção de cana, e isso se dava nos quintais e não nos lotes agrícolas. Os colonos contam ainda que quem introduziu o coco no Curu-Paraipaba foram os técnicos do DNOCS, já que no começo da década de 1980 o órgão distribuiu alguns coqueiros da variedade anã para cada colono, os plantando em frente às casas e dentro dos quintais (fotos 03 e 04). A intenção do órgão com essa distribuição de coqueiros era traçar um limite preciso entre os quintais e as ruas existentes nas comunidades, uma vez que nessa época não existiam cercados e muros, além de fomentar uma certa arborização das comunidades.

Fotos 03 e 04. Quintais do perímetro irrigado Curu-Paraipaba com os antigos coqueiros plantados pelo DNOCS em frente às casas dos colonos.



Fonte: Cavalcante, 2014.



Fonte: Cavalcante, 2014.

Entrevistamos o colono que foi o primeiro a cultivar coco nos lotes agrícolas, que nos contou como se deu a expansão da produção desse fruto por todo o Curu-Paraipaba. Segundo ele, uns dois anos após terem sido plantados em frente às casas, os coqueiros do DNOCS começaram a produzir, dando inúmeros frutos, devido, sobretudo, à grande fertilidade do solo. Como não se tratava de um cultivo comercial, esses frutos foram sendo consumidos pelos próprios colonos. Entretanto, devido a uma elevada produção, nem todos os frutos puderam ser aproveitados, gerando um enorme excedente. Segundo esse colono, nesse momento de pico da produção, já existiam atravessadores, que compravam as frutas produzidas no perímetro, sobretudo o mamão e a laranja, e que esses mesmos atravessadores resolveram adquirir também o coco e se comprometeram a comprar a produção futura. Animado com o negócio, esse colono resolveu tanto investir no cultivo de coco como também a comprar a produção dos outros colonos e revender para o atravessador.

A partir daí, percebeu-se a grande rentabilidade do coco e começaram os primeiros ensaios do cultivo do fruto em escala comercial e não mais para o próprio consumo. A grande reviravolta na história da produção de coco no perímetro se dá quando esse colono resolve levar os coqueiros para serem cultivados nos lotes, em pleno período da cana-de-açúcar, e ainda com certa vigilância exercida pelo DNOCS. Aos poucos, tal colono começou a cultivar pequenas áreas com o coco nos lotes, em um espaço anteriormente destinado ao cultivo de cana, e foi expandindo essa área na medida em que percebia que os lucros advindos com o coco eram muito superiores aos obtidos com a cana. Entretanto, segundo consta, o DNOCS foi expressivamente contra o cultivo de coco nos lotes, alegando que isso colocaria em risco o fornecimento de cana para a Agrovale e que os coqueiros eram “apenas para enfeitar as ruas”.

Mesmo contra a vontade do DNOCS, diversos colonos foram plantando coco em pequenos espaços dentro dos lotes; por volta de 1985, encorajados e auxiliados pelo pioneiro no cultivo do fruto.

Tal colono, além de ter sido o primeiro a levar o coco para os lotes e a atuar como o primeiro atravessador do fruto, foi também o maior fornecedor de mudas de coqueiro anão para o perímetro. Além de produzidas nos próprios lotes, a grande maioria das mudas foi adquirida em outros dois perímetros irrigados, o de Pentecoste (no Ceará), onde havia uma estação experimental do DNOCS para o cultivo de mudas de cultivos diversos, e o de Souza (na Paraíba), onde o coco já vinha se expandindo fazia alguns anos.

Em um curto espaço de tempo, todos os colonos do perímetro perceberam a lucratividade que poderia ser advinda com o cultivo de coco, seja a partir de suas pequenas produções realizadas nos quintais ou a partir da produção já realizada pelo grupo dos colonos que primeiro levou o cultivo para os lotes. Desse modo, e depois das colheitas iniciais, deu-se uma verdadeira revolução agrícola naquele espaço, o que os colonos chamam de “a febre do coco”, dando início a uma reconversão produtiva do perímetro. Assim, dentro de um período de menos de 10 anos, o Curu-Paraipaba já estava completamente tomado pelos coqueirais. Na medida em que chegava ao fim a hegemonia da cana, o que se observou foi o desenrolar de uma nova configuração produtiva no perímetro, marcado pelo cultivo do coco, responsável por dinamizar aquele espaço e transformá-lo completamente.

Essa produção de coco perdura com um importante dinamismo até os dias atuais, e ainda apresenta um grande potencial de expansão. Isso pode ser comprovado tanto pela quantidade de lotes ainda não explorados no perímetro, seja pela falta de interesse e/ou de condições de mantê-los produzindo, como pela quantidade de lotes recém-plantados com coqueiros. Ou ainda pelo plantio de novos coqueiros ao lado dos coqueiros mais antigos, uma vez que, visando evitar a queda na produção, inúmeros são os produtores que substituem os antigos coqueiros plantados no início da expansão do coco por novas árvores, garantindo, assim, a continuidade da atividade por, no mínimo, mais 20 anos.

A continuidade da expansão do cultivo de coco no Curu-Paraipaba pode ser comprovada também pela chegada de “produtores de fora”, que veem o negócio do coco como uma atividade certa para ampliar seus rendimentos e passam a adquirir lotes para investir no cultivo do fruto, acirrando ainda mais o quadro fundiário do Curu-Paraipaba e contribuindo para uma mudança no perfil dos colonos. Além disso, a atuação das agroindústrias também contribui para alavancar o cultivo de coco no perímetro, seja a duas empresas instaladas em Paraipaba, a Paragro e a Dicoco, ou as outras localizadas no litoral oeste cearense, a exemplo da Ducoco, que têm o Curu-Paraipaba como um importante fornecedor de coco verde.

Assim sendo, após vislumbrarmos o histórico produtivo do coco no Curu-Paraipaba, podemos dividir o cultivo do fruto em três momentos distintos. Em um primeiro momento, o que vimos foi um aumento gradual da produção de coco em detrimento da redução dos outros cultivos, notadamente da cana-de-açúcar, que, lentamente, davam lugar ao coco e passavam a assumir um lugar marginal; momento esse que durou até

meados dos anos 1990. Já um segundo momento pôde ser vislumbrado a partir de uma reconversão quase que completa para o coco, onde absolutamente todos os produtores passaram a cultivar o fruto, difundiram-se técnicas de plantio e de irrigação mais modernas, bem como os insumos mais apropriados, consolidou-se o mercado do coco, apareceram novos produtores etc.; esse segundo momento de adaptação e consolidação se estendeu até o final dos anos 2000.

Por fim, nota-se que o Curu-Paraipaba está passando por um terceiro momento do cultivo de coco, marcado pela especialização do território, da produção e do trabalho. O que conseguimos observar nesse perímetro é que a especialização no cultivo de coco chegou a um nível no qual a sua produção já está completamente enraizada ou territorializada, influenciando a organização tanto do espaço quanto das relações sociais. É indiscutível que esse perímetro se tornou, ao longo desses anos, um “território do coco”, uma vez que é a produção desse fruto quem dita, atualmente, o que acontece no perímetro, conforme notamos durante a realização dos trabalhos de campo e com as entrevistas.

Além disso, estamos diante de uma especialização da produção que pode ser comprovada pelo fato da imensa maioria dos produtores cultivarem coco e já conhecerem as técnicas de manejo e os equipamentos de irrigação e insumos mais indicados, conhecimento esse que é transmitido de pai para filho. A expressiva especialização produtiva pode ser observada também devido ao atual estado de saturação do solo e a uma disseminação e resistência maior das pragas, processos típicos advindos quando se investe em demasiado em uma monocultura, que contribui para o esgotamento dos recursos naturais disponíveis.

E associada a essa especialização territorial e produtiva, é visível também uma especialização do trabalho, onde já observamos claramente a existência de um “mercado de trabalho do coco”, representado pelos mais diversos tipos de profissionais, sobretudo por aqueles responsáveis pela limpeza e manutenção do coqueiral, pelo aplicador dos agrotóxicos, pelos responsáveis pela colheita e carregamento dos frutos e por aqueles que fazem o papel de administradores e técnicos agrícolas. A existência de todas essas novas funções e o recrutamento dos trabalhadores acabam contribuindo para acirrar a divisão técnica e social do trabalho naquele perímetro, levando ao desenrolar de novas dinâmicas territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao longo desses mais de 20 anos, o Curu-Paraipaba se tornou um dos mais importantes polos nacionais de produção de coco verde. Atualmente, de todos os espaços de produção de coco encontrados no Ceará, o principal e mais especializado deles é, sem sombra de dúvidas, o perímetro irrigado Curu-Paraipaba. Como nenhum outro espaço, nesse perímetro, conseguimos observar importantes novas dinâmicas resultantes diretamente do processo de reestruturação produtiva do setor do coco, que encontrou aí as bases

ideais para se materializar, sobretudo a partir da difusão do cultivo de coqueiro anão, da produção de coco verde e da utilização da irrigação automatizada representada pelo uso dos microaspersores. Hoje, falar em moderna produção de coco no Ceará é, antes de mais nada, falar do Curu-Paraipaba.

Há de se deixar claro que a entrada do coco no Curu-Paraipaba modificou por completo as relações que lá se davam, e vem impondo muitas outras. Nesse sentido, para Vasconcelos (2011, p. 202), “[...] depois que a cana cedeu lugar ao coco, as relações sociais no perímetro tiveram mudanças substantivas”, dando origem a um sistema produtivo completamente diferente, alterando a forma e o conteúdo daquele espaço, já que, de acordo com Santos (1996), toda e qualquer modificação na estrutura produtiva provoca alterações imediatas no uso e na organização espacial, bem como nas relações sociais de produção. Uma análise mais aprofundada sobre as principais dinâmicas socioespaciais inerentes à produção de coco realizada no perímetro irrigado Curu-Paraipaba foi por nós apresentada em Cavalcante (2014).

Por esse motivo, é fundamental termos a consciência da importância de ser realizado um resgate histórico das produções agrícolas realizadas em um determinado local, com o intuito de melhor compreendermos sua organização espacial e, sobretudo, a configuração das relações sociais de produção que lá se processam. Dessa forma, entendemos que esse resgate do histórico produtivo é indispensável para apreendermos o comportamento das dinâmicas territoriais que caracterizam e agem reconfigurando um dado espaço, dinâmicas essas intimamente relacionadas às atividades econômicas aí praticadas, como é o caso do que foi observado com as produções agrícolas realizadas no perímetro irrigado Curu-Paraipaba.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Oscar. **Perfil técnico e econômico da produção de coco no distrito de irrigação Curu-Paraipaba, Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2013.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2012.
- BROGGIO, Céline *et al.* “L’irrigation dans le Nordeste du Brésil”. In: **L’information géographique**, Paris, v. 63, n. 5, p. 223-231, 1999.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Os circuitos espaciais e os círculos de cooperação da produção de coco no Litoral Oeste do Ceará**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2012.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. **La restructuration de la production de noix de coco au Brésil: enjeux et défis**. Le cas des nouvelles dynamiques socio-spatiales du Périmètre Irrigué Curu-Paraipaba. Mémoire de recherche (Master en Géographie). Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne: Paris, 2014.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco no Ceará: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.

- CAVALCANTI, Josefa Salete. "Frutas para o mercado global". In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.
- CAVALCANTI, Josefa Salete *et al.* "Transformações recentes nos espaços da fruticultura do Nordeste do Brasil". In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 117-150, 2006.
- COELHO NETO, Agripino Souza. "Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco". In: **Biblio3W**, Barcelona, v. 15, n. 876, 2010.
- DINIZ, Aldiva Sales. "A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados do Nordeste". In: **Revista Casa da Geografia**, Sobral, v. 1, p. 81-90, 1999.
- DINIZ, Aldiva Sales. "A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão". In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.). **Paradigmas da agricultura cearense - modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 37-60, 2002.
- ELIAS, Denise. "Integração competitiva do semiárido cearense". In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.). **Paradigmas da agricultura cearense - modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 11-36, 2002a.
- ELIAS, Denise. "A modernização da produção agropecuária". In: ELIAS, Denise. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, p. 281-355, 2002b.
- ELIAS, Denise. "Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário". In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley. (Orgs.). **Ceará, um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 429-461, 2005.
- ELIAS, Denise. "Agronegócio e desigualdades socioespaciais". In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 25-82, 2006.
- FERNANDES, Luciene Moura. **O processo de organização do espaço agrário do projeto de irrigação Curu-Paraipaba**. Monografia (Geografia). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1990.
- MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.
- MENDES, Virzângela Paula. **Os projetos de vida da juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2011.
- RAMOS, Soraia de Fátima. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semi-árido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 151-172, 2006.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VASCONCELOS, Helenira Marinho. **Dinâmicas sucessórias de agricultores familiares: dilemas vivenciados por famílias de colonos do projeto Curu-Paraipaba, CE**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2011.